

# MEMÓRIA E TESTEMUNHO

Cláudia Maria Rocha de Oliveira\*

**RESUMO:** Neste artigo procuramos compreender as noções de memória e de testemunho. Para tanto, o texto encontra-se dividido em duas partes fundamentais. Na primeira falaremos sobre a memória. Na segunda, explicitaremos a noção de testemunho. A memória, ao seguir o ritmo de um tempo propriamente humano, torna presente algo que pertence ao passado. O testemunho, ao dar voz à memória, nos lança para o futuro e nos coloca diante de novas possibilidades. O testemunho torna possível estabelecer uma ponte entre memória e história. Compreendida como uma realidade que depende da intencionalidade humana, a história não pode ser pensada como realidade dada. Ela depende do engajamento criativo do ser humano que faz memória dos acontecimentos e que, ao mesmo tempo, ao exprimi-los através de uma narrativa, nos abre possibilidades rumo ao futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Testemunho; Tempo; Engajamento.

**ABSTRACT:** In this paper we seek to understand the notions of memory and testimony. To this end, the paper will be divided into two fundamental parts. In the first we will talk about memory. In the second, we will make explicit the notion of testimony. The memory, following the rhythm of a properly human time, makes present something that belongs to the past. The testimony, by giving voice to memory, throws us into the future and sets us before new possibilities. The testimony makes it possible to build a bridge between memory and history. Understood as a reality that depends on human intentionality, history cannot be thought of as given reality. It depends on the creative engagement of the human being who remembers events and, at the same time, by expressing them through a narrative, opens up possibilities for the future.

**KEYWORDS:** Memory; Testimony; Time; Engagement.

## INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, Minas Gerais viveu uma tragédia que nos fez rememorar àquela acontecida em Mariana em 2015. Estes trágicos acontecimentos, que nos impactam fortemente, de algum modo, subjazem a nossa reflexão a respeito da memória. Através da nossa capacidade de rememorar é possível tornar presente algo que aconteceu. Este tornar presente nos envolve por completo, traz à tona sentimentos, sensações, percepções da realidade. Através da rememoração, é como se pudéssemos acessar novamente a experiência. Quantas vidas transformadas, quanto choro, quanto dor.

Através da rememoração também se tornam presentes experiências que se mostram como sinal de solidariedade, de doação ao próximo, de amor. A rememoração é capaz de reacender em nossa inteligência as questões últimas, pode nos ajudar a retrazar caminhos, torna possível encontrar vias mais seguras capazes de conduzir a uma verdadeira

---

\* Doutora pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Professora Adjunta do Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte.

humanização. Fazer memória, de tantas experiências de dor e de solidariedade, ajuda-nos a pensar a nossa própria história, a examinar que mundo queremos e a traçar caminhos novos.

Diante deste cenário, propomos refletir a respeito do importante papel da memória e do testemunho para a construção da história. Para isso, em primeiro lugar, indicaremos alguns elementos que podem ajudar a definir a memória. Em seguida, falaremos a respeito do testemunho. Concluiremos mostrando que o testemunho serve como ponte entre a memória e a história. O testemunho tem um papel fundamental para a construção de sentido e para a orientação da vida em sociedade.

## 1. A MEMÓRIA

Somos seres dotados de memória porque somos necessariamente situados. Somos corpo. Enquanto tal, estamos submetidos ao espaço e ao tempo do mundo. Nascemos, crescemos e morremos. O *cronos* é implacável. Não podemos controlá-lo. Por questões de segundos, pessoas em Brumadinho conseguiram escapar da lama. Mas, também por questões de segundos, pessoas foram levadas pela mesma lama. Se pudéssemos controlar o tempo, fazê-lo correr como em câmera lenta, quanto mau, quanta violência poderiam, talvez, serem evitados. Mas, o tempo – *cronos* –, segue o seu próprio ritmo. Mesmo que queiramos, ainda não somos capazes de controlar o tempo. Provavelmente, nunca o seremos. Quantos filmes de ficção já foram feitos a esse respeito? O sonho humano de voltar ao passado para modificá-lo ou de conhecer o futuro para prever e controlar o tempo esbarra sempre no poder de *cronos* que possui o seu próprio ritmo. Portanto, como seres-no-mundo estamos, necessariamente, e de modo inevitável, submetidos ao ritmo do próprio mundo. Nascemos, crescemos, morreremos.

Mas, não somos apenas corpo. A consciência de nossa corporeidade nos remete a uma interioridade. Somos também psiquismo e espírito<sup>1</sup>. Somos exterioridade, mas também mundo interior. O psiquismo tem um papel mediador muito importante, pois é capaz de organizar internamente as experiências a partir de nossas próprias percepções e desejos.

---

<sup>1</sup> Ao pensar o ser humano como corpo, psiquismo e espírito nos inspiramos aqui na *Antropologia Filosófica* de Henrique Cláudio de Lima Vaz.

A objetividade de *cronos* pode ser assumida a partir de nossa subjetividade. Somos capazes de conferir ritmo humano a própria história.

Como espírito, por sua vez, somos capazes de ir além da própria egoidade do psiquismo. Somos atravessados por um apelo de abertura ao horizonte da verdade e do bem. A memória é, portanto, fruto de uma percepção do tempo que torna possível a apreensão do próprio tempo objetivo, a partir da mediação de nossas percepções e afetos. Além disso, ela é caracterizada por uma forte pretensão à verdade.

A consciência desta característica constitutiva da memória só é possível porque somos seres espirituais. Isso significa, em última análise que somos dotados de reflexividade. Somos reflexividade situada no mundo. Somos espíritos encarnados. Enquanto tais, somos capazes de, através da memória, fazer com que a ausência de uma realidade que não é mais no tempo do mundo, se faça, de certo modo, presente, sem perder, ao mesmo tempo, a sua condição de anterioridade e, portanto, sem deixar de lado a sua diferença com relação ao presente (RICOEUR, 2007, p. 56).

Neste sentido, Ricoeur defende que a rememoração constitui-se como re-(a)presentação. Nela “o essencial é que o objeto temporal reproduzido não tenha mais, por assim dizer, pé na percepção. Ele se desprende. É realmente passado. E, contudo, ele se encadeia, faz sequência com o presente” (RICOEUR, 2007, p.53).

O tempo propriamente humano, embora não seja independente do *cronos*, tem um ritmo próprio. Conforme a experiência vivida, um segundo pode parecer uma eternidade ou uma eternidade pode parecer um segundo. A memória, portanto, torna presente eventos passados. Ela é capaz de nos fazer reviver uma experiência. Algo que é agora ausente, torna-se novamente presente pela memória. Ao tornar presente uma ausência, a memória não segue rigorosamente a cronologia do tempo do mundo. Ela se orienta por uma temporalidade que é singular. Os acontecimentos são assumidos pela interioridade. Fatos percebidos e sentidos como mais importantes ganham destaque. Outros terminam ficando em segundo plano e sendo esquecidos. O tempo, graças à mediação da subjetividade, ganha significação propriamente humana.

A mediação da subjetividade, por um lado, assegura liberdade criativa à memória. Por outro lado, há um dever da memória que a mantém ligada à realidade objetiva do tempo cronológico. Isto faz com que a memória não possa ser identificada com a pura

imaginação. A memória não deve ser confundida com a imaginação porque a imaginação está “voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico”. A memória, por sua vez, diz respeito “a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado como tal’” (RICOEUR, 2007, p.26). Portanto, ao contrário da imaginação, à memória está necessariamente vinculada uma pretensão de verdade. Se a imaginação é mais livre e descomprometida, a memória possui compromisso com a realidade. Logo, embora não se constitua como mera reprodução de algo que aconteceu, ou seja, embora estava marcada por certa espontaneidade, a memória implica compromisso e, portanto, responsabilidade diante do real.

A importância da memória foi desde sempre reconhecida ao longo da história da filosofia. Para Platão, conhecer é necessariamente rememorar. Por se orientar a partir do paradigma cosmocêntrico, Platão relaciona a rememoração com a contemplação da verdadeira realidade que é eterna e sempre igual. Para Platão, a rememoração compreendida como *anamnésis* “significa volta, retomada, recobramento do que anteriormente foi visto, experimentado ou aprendido” (RICOEUR, 2007, p.46). A realidade contemplada antes da encarnação da alma precisa ser novamente acessada a partir do exercício da dialética. A rememoração torna possível uma reordenação do sensível que, entregue a si mesmo, é caótico e sem sentido.

Hegel, por sua vez, inaugura o paradigma historicocêntrico. O ser se manifesta no tempo e pode ser apreendido apenas através de suas manifestações. Em consequência, embora o real seja radicalmente inteligível, nós só somos capazes de apreender essa inteligibilidade através de um exercício de rememoração. Famosa é aqui a imagem que Hegel usa para ilustrar o papel da filosofia. De acordo ele, a Coruja de Minerva só alça voo ao entardecer.

A memória, embora de modos distintos, assume tanto em Platão quanto em Hegel, importante função na ordenação do mundo e na compreensão do sentido da realidade. Mas, o que propriamente compreendemos por memória?

Dissemos até aqui que a memória é a capacidade de tornar presente aquilo que é ausente através da mediação de nossa interioridade. Contudo, nos parece interessante distinguir a memória como mera representação da memória compreendida como ação. Qualquer um de nós pode ser capaz de decorar um poema, ou a matéria que cairá em uma prova. Isso, no entanto, não garante que o conteúdo decorado tenha efetivamente se tornado presente a quem o memorizou. Alguém pode mesmo conseguir excelente nota em um exame

porque decorou a lição sem, no entanto, ter compreendido nada do que foi estudado. Neste caso, a memória pode ser compreendida como mera capacidade de representar. Ela não supõe o engajamento da subjetividade. Contudo, não é este o sentido de memória que propriamente nos interessa aqui.

Por outro lado, quando o conteúdo de uma lição é verdadeiramente apreendido ele não precisa ser decorado. Ele se torna presente à memória. O sujeito se apropria do conhecimento. Essa apropriação constitui-se como ação que envolve a totalidade do ser capaz de memória. Além de interferir no modo como o sujeito compreende o mundo, entendida como ação, a memória também implica o engajamento do mesmo sujeito e a sua capacidade de assumir responsabilidade diante do futuro.

Ora, um dos atos fundamentais diante dos quais o sujeito se vê empenhado, segundo Ricoeur, é justamente aquele de lutar contra o risco do esquecimento. A memória, ao fazer presente um dado passado, confere a ele lugar de destaque. Ela lança luzes sobre uma realidade que, por não ser efetivamente agora, corre o risco de ser esquecida e deixada de lado.

Contudo, para que um dado possa ser trazido à memória, para que não haja esquecimento, é necessário engajamento. Compreendida como capacidade ativa de tornar presente uma ausência, a memória supõe a mediação de uma interioridade engajada. Este engajamento faz com que a memória seja ao mesmo tempo uma realidade individual e coletiva.

O sujeito é o autor da rememoração. A memória supõe necessariamente a apreensão dos acontecimentos do tempo do mundo num tempo propriamente humano. Esta apreensão depende da mediação de uma interioridade. Portanto, a memória é sempre singular.

Contudo, a singularidade da memória não pode ser compreendida em sentido solipsista. O sujeito dotado da capacidade de memória é ser-no-mundo e, em consequência, é necessariamente ser-com-os-outros. A relação com o mundo apenas adquire significação humana através da mediação da linguagem. Não há língua de um sujeito solitário. A língua nos remete necessariamente a um nós de significação. Mediada pela linguagem, a memória é, portanto, ao mesmo tempo individual e coletiva.

A identidade do eu apenas se constitui na relação com os outros. Rememorar implica necessariamente relação intrínseca entre a memória singular e a memória coletiva. O sujeito solitário é uma abstração incapaz de memória. A rememoração adquire pleno

sentido de luta contra o esquecimento apenas à medida que é percebida também em sua dimensão intersubjetiva. Também a memória é mediada pela linguagem. Ela, portanto, desde a sua origem possui uma dimensão que é pública. Além disso, para cumprir o seu papel de luta contra o esquecimento, a memória precisa ser dita aos outros. Ela necessita fazer-se discurso. Ela possui, portanto, uma dimensão que transcende a própria individualidade.

A memória só se constitui através da mediação da linguagem. Além disso, ao se fazer palavra dirigida ao outro, a memória coloca em evidência o importante papel do testemunho. Procuremos, então, explicitar o que compreendemos por testemunho e por testemunhar.

## **2. O TESTEMUNHO**

A testemunha é alguém que através de seu testemunho procura “tornar possível o impossível”. Ela pretende, ao testemunhar, “tornar presente e visível” (PIERRON, 2010, p.15) aquilo que está ausente. Com outras palavras: a testemunha é alguém que “faz ver em si e por si alguma coisa outra que si mesma” (PIERRON, 2010, p. 31). O testemunho confere, de certo modo, voz à memória. A testemunha é expressão da própria memória.

O testemunho pode ser compreendido em pelo menos dois sentidos diferentes: em sentido fraco, ele é assumido como fonte de informação externa sobre algum acontecimento. Neste caso, a testemunha aparece como sendo um terceiro imparcial que pode oferecer informações a respeito de alguma situação que ela apenas foi capaz de observar externamente. Os tribunais estão cheios de testemunhas, no sentido fraco do termo.

Já em sentido forte, o testemunho “envolve todo um ser, requer uma maneira de ser íntima a si” (PIERRON, 2010, p.15). Neste segundo caso, há uma coerência entre o que a testemunha diz e faz. A sequência das ações da “testemunha tende a confirmar o próprio testemunho”. Não se trata apenas de mera informação testemunhal. Esta mesma informação está articulada a um “engajamento de uma forma de ser” (PIERRON, 2010, p.15).

Algumas características definem o testemunho, em sentido forte: ele é singular, plural, inacabado, pressupõe autenticidade e possui face relacional. Vejamos o que isso significa.

O testemunho é sempre singular. Ele está intimamente vinculado à identidade e ao modo de ser de quem o profere. Jean-Philippe Pierron, em sua obra, *Transmissão: uma filosofia do testemunho* defende, neste sentido, que

a singularidade do testemunho se deve ao fato de que ele liga carnalmente o que há a dizer com uma maneira de ser e de existir, isto é, de que ele mobiliza no homem todas as suas capacidades de dizer – dar testemunho –, de fazer – contestar e atestar – ou de agir – testemunhar a verdade ou um absoluto (PIERRON, 2010, p.17).

O testemunho é, também, sempre plural. Uma vez que o testemunho está intimamente ligado a um modo de ser, cada testemunha é única e, portanto, ao testemunhar a respeito de uma mesma realidade, pessoas diferentes oferecerão testemunhos diferentes.

O que garante o valor dos testemunhos que são sempre plurais é que, em todos os casos de testemunho autêntico, há sempre um engajamento da testemunha com a verdade. Ao testemunhar, cada testemunha, ao seu modo, exprime através de sua ação uma pretensão de autenticidade que apenas pode ser comprovada através da sequência dos próprios atos, isto é, através da própria vida e do modo pelo qual se decide ser. Neste sentido, “o engajamento do ser no dizer deve ser absoluto para ser recebido como testemunho” (PIERRON, 2010, p.38).

Além disso, todo testemunho é inacabado. Ele depõe “sobre um fora de si incompreensível”. Por causa disso, o dizer da testemunha não esgota o que se tem a dizer. Nenhum testemunho diz de modo completo a verdade. Ele é caracterizado por uma não totalização do que se tem a dizer. Em consequência, a pluralidade dos testemunhos enriquece a compreensão do real e torna possível que as testemunhas ampliem o próprio modo de ver o mundo e a própria compreensão de si mesmas.

O testemunho implica também necessariamente relação. O testemunho é sempre diante de alguém. Ele pressupõe relação dialógica entre quem profere o testemunho e um ouvinte capaz de acolher, interpretar, criticar, discutir e/ou aceitar o testemunho como válido. Testemunhar implica, neste caso, assumir a responsabilidade diante de outro e diante também de si mesmo.

Ora, à medida que o testemunho é sempre singular, plural, inacabado, relacional e vinculado à pretensão de autenticidade, ele se constitui como a experiência de uma subjetividade preocupada em ser si mesmo e, ao mesmo tempo, aberta à dimensão de alteridade. Em consequência, o testemunho remete a necessidade ética do cuidado de si. O testemunho autêntico é, neste sentido, “uma fidelidade a si” (PIERRON, 2010, p.53). A identidade pessoal da testemunha se constitui a partir da preocupação de se manter coerente com a verdade e, ao mesmo tempo, com o esforço contínuo de ser si mesmo. Neste sentido, Pierron defende que “o testemunho liga em sua fala e em sua vida, o destino da verdade com seu próprio destino” (PIERRON, 2010, p.23). Portanto,

a testemunha não é mais somente o terceiro objetivo, exterior a uma situação que não teria vivido. É aquele que permanece no centro da experiência, numa travessia insubstituível que leva seu discurso além da simples relação do acontecimento para se tornar manifestação (PIERRON, 2010, pp.28-29).

Compreendido como evento, ou seja, como manifestação, o testemunho faz da testemunha um autor. Ele enriquece o mundo “com uma nova interpretação, suplementar e inédita que constitui um acréscimo ao real” (PIERRON, 2010, p. 32). O testemunho “não deixa ileso. Deixa vestígio. Toca. Marca” (PIERRON, 2010, p.71). Por causa de sua vinculação com a verdade e, portanto, por sua preocupação com se manter no âmbito da autenticidade, o testemunho é um dizer que promove e estimula o desenvolvimento da própria humanidade. Isto porque o testemunho ao deixar a sua marca “mobiliza afetividade e imaginação para agir” (PIERRON, 2010, p.72). O testemunho, portanto, ao mesmo tempo em que confere voz à memória, nos remete ao futuro.

## CONCLUSÃO

O testemunho compreendido como o dizer da memória estabelece uma ponte entre memória e história. Henrique Cláudio de Lima Vaz, ao assumir a noção de história como tema chave de sua reflexão, defende que a história não deve ser compreendida como “uma realidade subsistente em si mesma” (LIMA VAZ, 2001, p.166). Para existir, a história depende, necessariamente, do exercício criativo de uma subjetividade engajada e responsável pelo mundo. Em consequência, o testemunho, à medida que confere voz à memória e, ao mesmo tempo, imprime a marca de sua intencionalidade no mundo, torna

possível estabelecer uma ponte entre a memória e a história. Por um lado, a memória é capaz de tornar presente o que é passado. Por outro, a história, embora intimamente vinculada ao passado, possui estrutura aberta, isto é, não está concluída, mas depende sempre e cada vez da iniciativa livre e criativa dos seres humanos. Em consequência, o testemunho assume função fundamental. Ao dar voz a memória, ele nos coloca diante de uma presença que não pode ser esquecida. Mas, ao mesmo tempo, ao imprimir a sua marca, ao deixar vestígio, o testemunho aponta direções capazes de orientar a abertura da história por caminhos mais humanos e responsáveis.

Que a tragédia que aconteceu em Brumadinho, em janeiro de 2019, e também a tragédia vivida em Mariana no ano de 2015, e tantas outras tragédias humanas vividas ao longo da história, inspirem testemunhos capazes de iluminar e conduzir a humanidade por caminhos mais humanos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Antropologia Filosófica I*. 8ªed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Antropologia Filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Ontologia e História*. São Paulo: Loyola, 2001.

PIERRON, Jean-Philippe. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, 2010.

RIKOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.